

DECURSO HISTÓRICO DO TURISMO EM PERNAMBUCO: II PND, DITADURA MILITAR E O RETROCESSO DA ATIVIDADE NO ESTADO

HISTORICAL PATH OF TOURISM IN PERNAMBUCO: II PND, MILITARY DICTATORSHIP AND THE REGRESS OF THE ACTIVITY IN THE STATE

TRAYECTORIA DEL SECTOR TURISTICO EN EL ESTADO DE PERNAMBUCO: II PND, DICTADURA MILITAR Y RETROCESO DE LA ACTIVIDAD

Larissa da Silva Ferreira Alves - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
- Pau dos Ferros - Rio Grande do Norte - Brasil
larissafferreira@uern.br

Eustógio Wanderley Correia Dantas - Universidade Federal do Ceará - Fortaleza - Ceará - Brasil
edantas@ufc.br

Resumo

O presente trabalho objetiva fazer um estudo a respeito do decurso histórico da atividade turística no Estado de Pernambuco, até o advento do Programa de Desenvolvimento do Turismo - fase I (PRODETUR I). Como procedimentos metodológicos, foram consultados documentos, artigos e livros que abordam o turismo pernambucano na perspectiva histórica, além de ser igualmente consultados textos sobre a cultura política pernambucana, como caminho para o entendimento de como o cenário político local e nacional interferiram diretamente no desenvolvimento da atividade. Os resultados apontam que o turismo no Estado de Pernambuco iniciou-se, institucionalmente, no governo de Nilo de Souza Coelho, em 1967, governo que proporcionou determinada liberdade para os idealizadores da atividade, que fizeram aliança entre o turismo, cultura popular e o patrimônio histórico-cultural-arquitetônico local. Contudo, houve estagnação e retrocesso do desenvolvimento da atividade no referido Estado durante a égide do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1975-1979), no governo ditatorial brasileiro, que via com reserva as manifestações populares agregadas à proposta de turismo do Estado, como uma ameaça à segurança nacional. Apenas no final da década de 1980, juntamente com o fim da ditadura militar, é que o turismo pernambucano ganhou novos ares de desenvolvimento, a partir do projeto Costa Dourada e do PRODETUR I.

Palavras-chave: histórico do turismo, Estado de Pernambuco, patrimônio histórico-cultural-arquitetônico, II PND, Ditadura Militar.

Abstract

This paper aims to study about the historical path of tourism in the state of Pernambuco, Brazil, until the advent of PRODETUR I. As methodological procedures, were consulted documents, articles and books that discuss tourism of Pernambuco in historical perspective, and also consulted texts about the political culture of Pernambuco, as a path to understanding how the local and national political scene interfered directly in the development of the activity. The results had shown that tourism in the state of Pernambuco began, institutionally, in 1967 with Nilo Coelho de Souza government, which provided some kind of freedom for the creators of the activity, which made alliances between tourism, popular culture and the local historical-architectural. However, there was some stagnation and regress in the development of the activity during the II National Development Plan (II NDP), in dictatorial government of Brazil, that saw the popular demonstrations, while aggregate the proposed tourism in the state, with reservations to national security. Only in the late 1980s, along with the end of military dictatorship, that tourism in Pernambuco gained new airs development, with the Costa Dourada project and the PRODETUR I.

Keywords: historical path of tourism, State of Pernambuco, Brazil, cultural-historical-architectural heritage, II NDP, Military Dictatorship.

Resumen

Este trabajo analiza la trayectoria del sector turístico en el estado de Pernambuco, Brasil, hasta el programa PRODETUR I. Se hicieron consultas a documentos oficiales, artículos y libros que tratan del turismo en Pernambuco desde su perspectiva histórica. También se averiguó textos que tratan de la cultura política en el estado de Pernambuco, como un camino hacia la comprensión de cómo la escena política local y nacional interfirió directamente en el desarrollo del sector del turismo. Los resultados muestran que el turismo en el estado de Pernambuco comenzó oficialmente en el gobierno de Nilo Souza Coelho, en 1967, que proporcionó alguna libertad a los inversores de la actividad, lo que hizo alianzas entre el turismo, la cultura popular y el patrimonio histórico, cultural y arquitectónico. Sin embargo, hubo estancamiento y retroceso de la actividad durante el Segundo Plan de Desarrollo Nacional (PND II 1975-1979) ya que el gobierno militar vio manifestaciones políticas en el turismo de Pernambuco. Con el fin del régimen militar a finales de los 1980, el sector del turismo de Pernambuco volvió a incrementarse a partir de la creación de la Costa Dourada y financiación del programa PRODETUR I.

Palabras clave: historia del turismo, Estado de Pernambuco, patrimonio histórico-cultural-arquitectónico, II PND, Dictadura Militar.

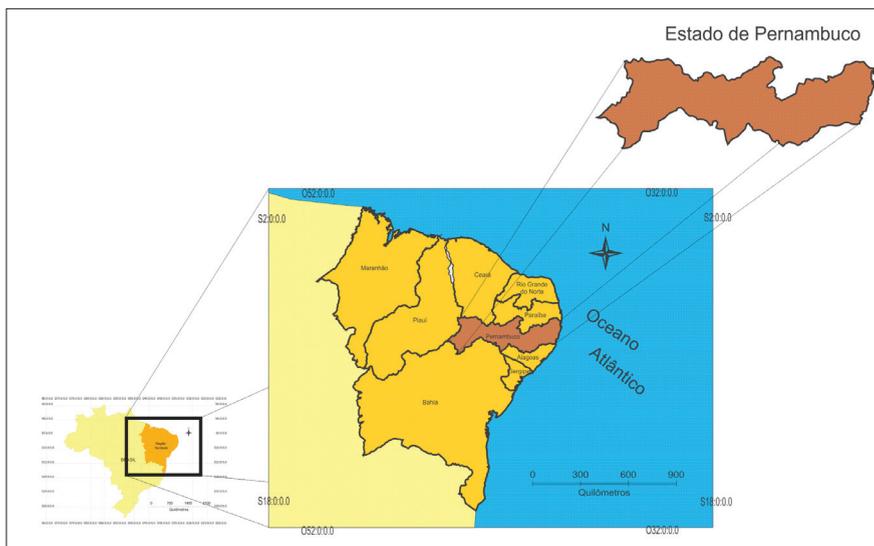
Introdução

O estudo do turismo é desafiador devido às dificuldades encontradas no que concerne a informações sistematizadas sobre o setor e à escassez de trabalhos acadêmicos a respeito da temática.

Embora a geografia do turismo seja uma disciplina que vem, aos poucos, se tornando cadeira cativa nos cursos de graduação em geografia nas universidades brasileiras, seus estudos ainda enfrentam grandes dificuldades em razão das poucas pesquisas na área. Tal dificuldade é acentuada quando se busca fazer resgates históricos da origem da atividade no território brasileiro. A ausência de informações sobre o turismo, em poucas décadas atrás, reflète a não importância dada à atividade quando implantada no país. Nesse quadro, o presente trabalho tem o objetivo de contribuir no que se refere à pesquisa de dados históricos acerca da atividade turística e de como esta se espacializa no território, fixando-se para que hoje se torne fundamental na economia e na sociedade, nas diferentes cidades e regiões do país.

Tais estudos, para o Nordeste (NE), são mais importantes ainda, pelo fato de o turismo ter se tornado vetor de mudanças significativas no espaço regional. Todavia, para se tornar este importante vetor de mudanças, o turismo articulou-se com antigas estruturas econômicas e de poder para alavancar como importante setor na contribuição de receitas dos estados nordestinos.

Nesse estudo, que dá continuidade a um conjunto de esboços sobre o histórico do turismo no Nordeste brasileiro, focalizou-se o Estado de Pernambuco, situado no Mapa 1, por estar, juntamente com a Bahia, na vanguarda da atividade na região, e por ter espacializado a atividade de modo singular, congregando tanto a cultura popular quanto a pujança histórico-arquitetônica do referido Estado a partir da valorização do turismo através da cultura e das manifestações populares locais.



Mapa 1: Estado de Pernambuco no contexto da Região Nordeste do Brasil

Fonte: Mapa base do IBGE, 2009. Elaboração de Larissa da Silva Ferreira, 2013

Porém, diferentemente do Estado da Bahia, que, a partir da personalidade política de Antônio Carlos Magalhães (ACM) e sua aliança com a política de Estado Maior do período ditatorial brasileiro, conseguiu angariar recursos para o desenvolvimento da atividade no estado baiano, Pernambuco – enquanto palco de fortes manifestações populares desde a década de 1960, como as Ligas Camponesas¹ –, sofreu restrições em suas manifestações de cultura popular enquanto componentes da proposta de turismo local, em razão de o governo militar ter entendido serem espaços de subversão frente ao regime.

Como procedimentos metodológicos, foram consultados documentos, artigos e livros que abordam o turismo pernambucano na perspectiva histórica. Além destes, foram igualmente consultados textos sobre cultura política pernambucana, como caminho para o entendimento do cenário histórico que Pernambuco vivenciava no momento em que o turismo passou a ser visto como atividade potencializadora de espaços de subversão.

A Era Nilo de Souza Coelho e o início da institucionalização do turismo no Estado de Pernambuco

O turismo em Pernambuco tem o seu pontapé na década de 1960, com a institucionalização da atividade no governo de Nilo de Souza Coelho, que iniciou o processo seguindo a tendência da referida década, em que tanto governos estaduais, quanto municipais, passavam a criar suas respectivas secretarias de turismo, movidos pela criação da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), datada da mesma década.

Nilo Coelho, industrial e político de origem tradicional oligárquica advinda do sertão pernambucano, assim como a maioria dos políticos de PE, torna-se personalidade contraditória para o estudo do turismo, na medida em que seu governo e figura são caracterizados por ações intensamente voltadas para o desenvolvimento agrário do interior do Estado, a exemplo de estudos e projetos de irrigação para o sertão. Contudo, é nesse período que o desenvolvimento da atividade turística teve peculiar importância, devido à liberdade política dada pelo então governador para uma organização institucional do setor, que se tornou exemplo à época.

O governo de Nilo Coelho propôs a criação da Empresa Pernambucana de Turismo (Empetur) e do Conselho de Turismo de Pernambuco (Contur), pela Lei nº 6.030, de 03/11/1967 (Holanda, 2003). Já no ano de 1968, deu-se o início do funcionamento da Empetur, como é possível se verificar na Figura 1, que mostra a linha do tempo de institucionalização do turismo no referido Estado.

No ano de 1969 ocorreu a transformação da antiga Secretaria Estadual de Indústria e Comércio de Pernambuco em Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, com a finalidade de comportar o setor de planejamento turístico para o Estado, e, completando o quadro do início de institucionalização da atividade, no ano de 1970 foi criada a Empresa Me-

tropolitana de Turismo (Emetur). Esse contexto de aparelhamento legal e institucional da atividade, pautado no consentimento do então governador, foi propício para se empreender um ideário turístico local, pautado em elementos da cultura pernambucana e no patrimônio histórico-arquitetônico do Estado.

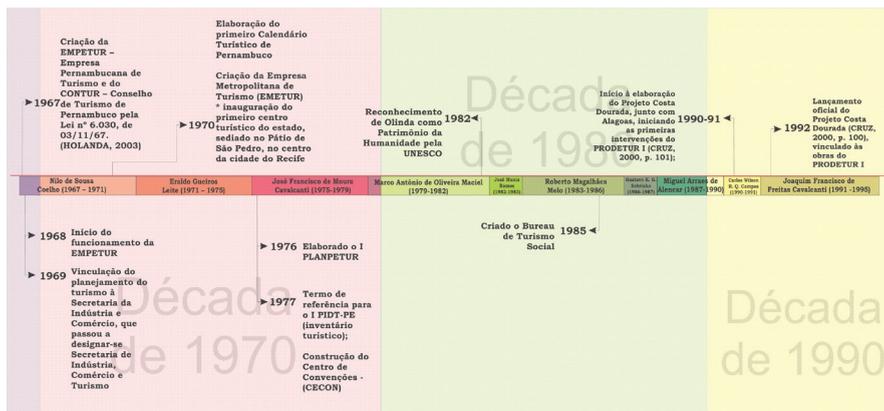


Figura 1: Linha do tempo da institucionalização do turismo no Estado de Pernambuco
 Fonte: Elaboração de Larissa da Silva Ferreira, 2012

Interiorização, cultura popular e valorização do patrimônio histórico-arquitetônico

Os primeiros momentos de funcionamento das empresas de turismo visaram a estudos sobre as potencialidades turísticas do Estado, não focando apenas no segmento “sol e mar” enquanto proposta de turismo geograficamente viável para o Nordeste e para Pernambuco. Para além disso, priorizou-se uma conduta político-cultural que tinha o objetivo, principalmente, de valorizar os espaços do interior pernambucano, bem como a cultura popular e seu patrimônio histórico-arquitetônico. Sem dúvida, a origem sertaneja do então governador influenciou no início do processo de interiorização da atividade turística e na valorização da cultura local, como condição *sine qua non* para a relativa liberdade que os idealizadores do turismo tinham no momento, no que concerne às suas ideias sobre a atividade para a época. Segundo Bonald,

o fato de já termos colocado Olinda e Boa Viagem, Caruaru e Nova Jerusalém, o nosso folclore/artesanato no mapa das atrações brasi-

leiras indica, enfim, que o produto *Pernambuco* começa a ter condições reais de presença no mercado. [...] Deu-se, é verdade, a devida importância ao mar e às igrejas, mas também se partiu pioneiramente – pioneiramente em todo o Brasil litorâneo – para a interiorização do turismo. (1978, p. 8-9)

A perspectiva de consolidação de um turismo que se apropriasse da cultura pernambucana e de todo o seu território foi vertente fértil de pensamento da liderança do planejamento do turismo deste governo, personificada através de Olímpio Bonald e de Francisco Bandeira de Melo, enquanto representantes da Empetur. A atividade idealizada no momento refletia uma tendência voltada à cultura do povo, à interiorização, às tradições pernambucanas e ao seu patrimônio arquitetônico e histórico, peculiar ao processo histórico de colonização e de formação do território brasileiro, por sua vasta influência holandesa. Vicente (2009), no intuito de resgate da institucionalização do turismo em PE, a partir de entrevistas com antigo membro da equipe da Empetur, afirma que

tanto a Empetur quanto a Emetur utilizaram o discurso de valorização, difusão da cultura popular pernambucana e diferencial turístico; desenvolveram diversas ações de promoção às artes populares do Estado e foram responsáveis até a metade da década de 1970, também, pelas políticas estaduais de cultura. Integraram o quadro funcional desses órgãos intelectuais e estudiosos das artes culturais, sendo mais um indício dessa integração política. (Vicente, 2009, p. 43)

Embora também se apropriando do turismo “sol e mar”, característico da região Nordeste brasileira, como indica Vicente (2009, p. 35), desde a sua origem o planejamento do turismo pernambucano é integrado à sua proposta de difusão cultural, tendo em vista que uma das principais características territoriais do Estado é a forte valorização da cultura popular.

Essa opção de desenvolvimento do turismo não apenas pelo viés do segmento turístico “sol e mar” foi elemento ímpar para o imaginário de Pernambuco construído ao longo do tempo. É importante citar que, diferentemente de outros estados nordestinos, a exemplo do Rio Grande do Norte e do Ceará, onde o turismo tipo “sol e mar” é característica de primeira instância no que se refere ao imaginário social de turismo construído sobre esses estados, o Estado de Pernambuco consolidou um imaginário social diferenciado, na medida em que outros elementos foram agregados à sua imagem, como, por exemplo, a cultura popular, repre-

sentada com danças, costumes tradicionais, folclore e o carnaval como evento de valorização cultural local; a pujança histórica e econômica do Estado, para o Nordeste; além do turismo “sol e mar”, apesar da estreita zona litorânea de seu território. Ou seja, quando se pensa em turismo no Estado de Pernambuco, elementos da cultura local são agregados ao imaginário social da atividade, por seu foco não consistir apenas em turismo de “sol e mar”.

Várias ações foram feitas no intuito de se propagar o turismo pela valorização da cultura, como a elaboração do Calendário Turístico de Pernambuco (1969-70), que objetivava elencar eventos relacionados à Empetur (Vicente, 2009); a criação do Pátio de São Pedro, para realização de eventos populares; e demais estudos relacionados à atividade, como zoneamento de áreas de interesse turístico. A organização e visão de turismo empreendidas pela Empetur tornaram-se referência na época. Segundo Bonald (1978, p. 9), a busca por qualificação e por estudos na área do turismo fez com que as ações da equipe de Nilo Coelho deixassem de ser predominantemente “intuitivas”, para se tornarem referência no planejamento e na organização do turismo no final da década de 1960 e início da década de 1970.

Contudo, após Nilo Coelho, o governo de Eraldo Gueiros Leite, no período de 15 de março de 1971 a 15 de março de 1975, não reconhecia a importância da atividade turística tal como seu antecessor, e cogitou, inclusive, em extinguir a Empetur por entender que a atividade onerava os cofres do Estado (Holanda, 2003). A partir de então houve forte descontinuidade das ações públicas no que diz respeito ao turismo. Segundo Holanda (2003, p. 132), “observou-se um conflito entre a dimensão técnica e a dimensão política [e as] divergências políticas interferiram na descontinuidade das ações no setor.”

Apesar de os sucessores de Eraldo Leite terem apoiado a atividade, como estratégia política, inclusive o governo de Moura Cavalcanti (1975-1979), desde o fim do período de Nilo Coelho as ações vinculadas ao setor tornaram-se pontuais, tendo em vista, principalmente, que as metas do então governo militar, sob a égide do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1975-1979), priorizavam outros setores da economia, como será visto.

II PND, Ditadura Militar e o retrocesso do turismo no estado pernambucano

As interferências do II PND (1975-1979) e da Ditadura Militar foram de fundamental importância no redirecionamento do turismo pernambucano. Isso se deu porque o II PND, produto do ideário nacional-desenvolvimentista (herança da grande crise do final da década de 1920 e 1930), fora paradigma vivenciado no Brasil em três grandes fases: o nacionalismo do governo Vargas; os “50 anos em 5” – plano de metas do governo JK; e o “Brasil, grande potência” nos governos militares” (Felipe, 2010, p. 85). O nacional-desenvolvimentismo tornou-se o imaginário social da época, baseado na construção de um sentimento coletivo que visava à consolidação do país enquanto grande potência econômica mundial. Segundo Felipe (2010), o imaginário era embalado pelos nacionalistas, messiânicos populistas, esquerdas reformistas, artistas e intelectuais que acreditavam que a industrialização, por meio da intervenção do Estado, seria o caminho para o desenvolvimento pleno do país.

Bastos (2006) afirma que a origem do nacional-desenvolvimentismo foi a crise econômica que abateu todo o mundo no início do século XX, que fez com que o governo nacional iniciasse nova política de gestão voltada para o desenvolvimento interno do país sem, necessariamente, depender tanto do capital externo. Bastos comenta a situação em que o Brasil se encontrava no momento, afirmando que,

de fato, em países periféricos, como o Brasil – a) em que parcela significativa da infraestrutura básica fora constituída sob propriedade estrangeira; b) que eram endividados junto ao sistema financeiro internacional em crise; c) que dependiam de reservas cambiais escassas para importação de insumos essenciais; d) que experimentavam quedas acentuadas das receitas de exportação – o esforço de recuperação econômica envolveu não apenas nacionalização de decisões, mas também algum nacionalismo econômico, ou seja, a defesa de interesses nacionais contra corporações e credores estrangeiros, localizados ou não dentro do território nacional. (Bastos, 2006, p. 248)

Ou seja, a dívida pública internacional brasileira em altos índices, a infraestrutura de base sob domínio estrangeiro e a instabilidade do mercado financeiro mundial foram elementos que fizeram com que os governantes do Brasil incentivassem o nacionalismo das decisões políticas e formulassem o ideário nacional, como medidas para diminuir a influência estrangeira no país.

Imbuído do paradigma nacionalista, o governo militar representado por Ernesto Geisel segue à risca o delineamento político do II PND, enquanto plano de metas traçado para o governo militar entre os anos de 1975 e 1979. Segundo Lessa (1995, p. 24), “a ação internacional do governo Geisel pautou-se por objetivos claros: perseguir os elementos necessários para a consecução do projeto de desenvolvimento, então esboçado nas linhas do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)”. Essa afirmativa significa que Geisel estabeleceu como meta a atenção aos interesses prioritários nacionais, claros no II PND:

“I - O Brasil deverá ajustar sua estrutura econômica à situação de *escassez de petróleo*;

II – Espera-se *consolidar*, até o fim da década, *uma sociedade industrial moderna (...)*;

III – A *política de energia (...)*;

IV – A *política científica e tecnológica (...)*;

V – Na *área de Integração Nacional, será realizado programa que contará com recursos no montante de Cr\$ 165 milhões*. O Nordeste, que receberá Cr\$ 100 bilhões, procurará crescer a taxas superiores às do resto do país, para reduzir o hiato existente. Na área industrial, além da construção do Polo Petroquímico da Bahia, será implantado um Polo de fertilizantes e um complexo Metal-Mecânico e Eletro-Mecânico. Na agropecuária, com ênfase em sua transformação, serão executados o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas e o Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste.

VI – A *ocupação produtiva da Amazônia e do Centro-Oeste receberá impulso (...)*;

VII – A *estratégia de desenvolvimento social (...)*;

VIII – Na *integração com a economia mundial (...)*. (BRASIL, II PND, 1974, p. 8-11; grifos nossos)

Por ser o II PND a diretriz política da década de 1970, consequentemente a diretriz política dos governos estaduais sob a égide militar, o objetivo do governo era claro: pautava-se no desenvolvimento industrial-urbano, na siderurgia, no petróleo e na energia elétrica (Bastos, 2006; II PND, 1974), como é apontado nos índices I ao IV do extrato do documento acima citado. Percebe-se ainda que a meta estabelecida para a região Nordeste, no item V, era condizente com as demais: pautava-se no desenvolvimento industrial e petroquímico. O documento ainda afirma que “o Brasil deverá conviver com eles [problemas econômicos e crises], procurando

preservar a sua capacidade de desenvolvimento e explorando novos caminhos e alternativas” (BRASIL, II PND, 1974). Entre essas alternativas econômicas estava o desenvolvimento da atividade turística.¹

As principais preocupações do II PND em relação ao setor eram voltadas ao disciplinamento do processo de urbanização, à preservação das belezas e paisagens naturais, à preservação do patrimônio histórico-cultural de cidades serranas e, principalmente, à preservação das litorâneas para o desenvolvimento e a subsistência do turismo de lazer,² não elaborando metas ou ações específicas no delineamento para o desenvolvimento da atividade.

Assim, embora o Estado de Pernambuco tivesse iniciado e desenvolvido a atividade turística muito antes do II PND, o referido documento é marco para o turismo no Brasil e no Nordeste porque, além de ter sido o primeiro plano de caráter nacional que citou a atividade enquanto potencial promotora de desenvolvimento econômico, interferiu diretamente nas ações políticas locais que promoviam o turismo.

Eraldo Leite e seu governo, que administrou o Estado de Pernambuco no período de égide do II PND na Ditadura Militar, deu início a um período de grande estagnação e retrocesso nas ações de planejamento do turismo, que perdurou até o final da década de 1980. Seguiu à risca as diretrizes políticas do Plano de Desenvolvimento, que privilegiou outras áreas da economia, como a formação de uma forte base industrial, não focando no turismo, caracterizado no II PND apenas como uma atividade alternativa.

Somados ao posicionamento político do governo de Eraldo Leite, outros elementos justificaram a descontinuidade das ações de planejamento do turismo em Pernambuco. As manifestações culturais populares passaram a ser vistas com reserva pelo governo militar ditatorial. Segundo Bonald (1978), desde o Manifesto Regionalista, momento fundamental para a valorização e consolidação da cultura popular no Estado de Pernambuco, encabeçado em 1925 por Gilberto Freyre, as teses regionalistas, o culto às tradições e aos costumes populares foram influenciadores na forma de se fazer o turismo em Pernambuco. Essa vinculação entre cultura popular, suas representações e manifestações em ambientes públicos foi malvista pelo governo militar. Sob a óptica desse governo, a atividade turística propiciava espaços possivelmente voltados à subversão, através de eventos que promoviam a aglutinação, reflexões e debates sociais, num Estado

que tinha histórico de grandes lutas sociais, como o movimento pioneiro das Ligas Camponesas³ – que se tornaram significativo movimento social nas décadas de 1950 e 1960, neutralizadas totalmente com o início da ditadura no país.

Espaços populares, de aglutinação social e de liberdade de expressão da cultura popular foram sufocados para não serem possíveis propiciadores de debates a respeito da sociedade, de suas condições de vida, de trabalho e de expressão, num contexto de grande efervescência social, política e ideológica vivenciada no período das Ligas.

Cabe esclarecer que o turismo pernambucano nasceu institucionalmente dentro do período ditatorial militar, contudo um fato deve ser levado em consideração no que diz respeito à relativa liberdade das ações em prol do turismo durante o governo de Nilo Coelho (1967-1971): eram os primeiros anos do governo militar, que tinham cunho mais liberal e menos teor nacionalista, principalmente a partir da figura do Marechal Castello Branco, presidente do Brasil de 1964 a 1967. Tal fato fez com que durante a liderança do então governador Nilo Coelho as manifestações culturais se reproduzissem de modo não “ameaçador” à pátria e ao sistema em voga na época.

Essa realidade muda com o início do mandato do General Emílio Garrastazu Médici, de 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974, em que se inicia o período mais radical da ditadura, período que tem reflexos principalmente em Pernambuco, pelo fato de o Estado, segundo Zaidan (2005), ter sido “um dos polos regionais de maior agitação política e social do país”.

Assim sendo, percebe-se que, como marco da política de desenvolvimento requerida pelo governo militar, o II PND, por ser o primeiro documento oficial de âmbito nacional que indica o turismo como estratégia de desenvolvimento regional, torna-se divisor de águas para a gestão do turismo nos estados federados, e seus reflexos se configuram de modo diferenciado em cada um destes. O turismo na Bahia é alavancado e tem seu primeiro *boom* no período de regência do II PND, ao passo que em Pernambuco o turismo teve grande retrocesso devido a suas ações fortemente vinculadas à valorização de espaços sociais e culturais.

Vale lembrar que o Estado de Pernambuco teve saltos qualitativos no planejamento e difusão social do setor antes do II PND, porém inicia um retrocesso quando o documento é lançado e também após o pe-

ríodo de sua regência, de 1975 a 1979, como consequência do período de estagnação.

Considerações finais

Pernambuco adentra a década de 1980 sem grandes projetos para a qualificação do setor turístico, a exemplo do megaprojeto Parque das Dunas-Via Costeira, no Rio Grande do Norte, idealizado no final da década de 1970 e executado no início da década de 1980, e do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodeturis), no Ceará. Embora a atividade turística tenha tido significativo crescimento no final da década de 1980 em Pernambuco, os motivos que levaram a esse dinamismo não foram, necessariamente, frutos de estratégias de planejamento territorial da atividade, a exemplo de megaprojetos. O que dinamizou a atividade no final dessa década foi a tendência regional que levou a uma grande ampliação do número de hotéis no Nordeste, como afirma Saab (1999), bem como do número de voos para a região.

Deve ser destacada [...] significativa evolução na participação do PIB turístico a partir da década de 1980, quando se observou um crescimento expressivo do turismo interno, decorrente, dentre outros aspectos, do próprio aumento da oferta hoteleira nacional. (Saab, 1999, p. 287)

Dessa forma, o turismo no estado pernambucano foi diretamente prejudicado pelo modelo ditatorial que ofuscava manifestações de cunho cultural no Brasil como um todo, e apenas após o fim do regime a atividade ganha novos ares de modernidade e de mudanças no referido Estado.

O governo de Carlos Wilson Campos, no início da década de 1990 (ver Figura 1), durou apenas 11 meses, mas foi de fundamental importância para o turismo em Pernambuco, pois em sua gestão foi idealizado o megaprojeto Costa Dourada, em conjunto com o Estado de Alagoas. Para a efetivação desse programa, “foi criado o Prodetur-NE, extensivo a todos os estados integrantes da área de abrangência da Sudene, um de seus organismos gestores” (Cruz, 2000, p. 100), que fez o turismo pernambucano retomar seu processo de planejamento e institucionalização com a efetivação de grandes ações próprias.

Percebe-se, então, que toda e qualquer atividade setorial que tenha rebatimentos no território, na economia e na sociedade, não passa

desapercebida aos olhares políticos. Significa dizer que o estudo sobre determinado setor econômico no território, sem a compreensão da conjuntura política em que esse setor foi efetivado, pode comprometer a análise, pois é sabido que muitas vezes interesses e ideários políticos se sobrepõem aos interesses e vontades da sociedade.

Nesse sentido, o resgate histórico feito sobre a efetivação da atividade turística em Pernambuco demonstra tal sobreposição de interesses políticos, visto que o turismo, enquanto propagador de manifestações culturais, motivador de aglutinações públicas e de valorização do local, confrontava as normas de conduta requeridas em um momento singular na história política do país, que foi o período ditatorial. Durante a Ditadura Militar, o crescimento e o planejamento da atividade no referido estado foram prejudicados, crescimento este retomado no final da década de 1980, que continuou com sua proposta de aglutinar elementos da cultura popular e de seu patrimônio histórico-arquitetônico ao segmento “sol e mar”, tornando o Estado de Pernambuco um dos grandes centros recebedores de turistas no país.

Notas

1. Vale a ressalva de que em todo o documento do II PND, o turismo aparece de modo pontual, não sistematizado e sem diretrizes para planos específicos que visassem à sua execução.
2. Cabe ressaltar que, dentre toda a variedade de segmentos turísticos que existe hoje, no II PND (1974) o turismo era entendido como atividade voltada, exclusivamente, para o lazer e o ócio.
3. Segundo Oliveira (2007), as Ligas Camponesas – movimento oriundo do Estado de Pernambuco – foram o primeiro movimento social que lutou pela reforma agrária no país, de modo organizado e em caráter nacional. Surgiram no ínterim das décadas de 1940-1960, tempo de grande efervescência social, e reivindicavam os direitos do homem do campo brasileiro, na luta contra a expropriação da terra e a exploração de seu trabalho.

Referências

- BASTOS, P. P. Z. A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e mercado nos setores de base. *Economia, Selecta*, Brasília (DF), v. 7, n. 4, p. 239-275, dez. 2006. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n4p239_275.pdf. Acesso em: 08 mar. 2012.
- BONALD, O. *Planejamento e organização do turismo*. Recife (PE): EMPETUR, 1978.

BRASIL. Projeto do *II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND (1975-1979)*. Brasília (DF): Senado Federal, 1974.

CRUZ, R. de C. A. *Políticas de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2000.

FELIPE, J. L. A. *Rio Grande do Norte: uma leitura geográfica*. Natal (RN): EDUFRRN, 2010.

HOLANDA, L. A. *Formação e institucionalização do campo organizacional do turismo no Recife (PE)*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2003.

LESSA, A. C. M. A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do nacional-desenvolvimentismo (1974-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 1, n. 38, p. 24-39, 1995. Disponível em: http://web.mac.com/aclessa/iWeb/CA99F523-0FBB-4790-A974-7DA60D9C7971/Periodicos_files/1_01.pdf. Acesso em: 09 mar. 2012.

OLIVEIRA, A. U. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007. 184p.

SAAB, W. G. L. Considerações sobre o desenvolvimento do setor de turismo no Brasil. In: *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 285-312, set. 1999. Disponível em: http://www.bndespar.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set1008.pdf. Acesso em: 22 mar. 2012.

VICENTE, T. R. Políticas públicas de cultura e turismo: o entrelace das ações nos órgãos de fomento ao turismo de Pernambuco - EMPETUR e EMETUR. *CULTUR - Revista de Cultura e Turismo*, Ano 3, n. 1, jan. 2009. Disponível em: http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/edicao4/artigo_2.pdf. Acesso em: 24 fev. 2012.

ZAIDAN, M. Tradição oligárquica e mudança. *Tempo Histórico*, Ano 1, n. 1, jun./dez. 2005. Disponível em: <http://www.ufpe.br/revistatempohistorico/index.php/revista/article/viewFile/8/4>. Acesso em: 12 fev. 2012.

Larissa da Silva Ferreira Alves - Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Especialista em Geoprocessamento e Cartografia Digital, e Mestre em Geografia pela mesma instituição - Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará - Professora do curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Eustógio Wanderley Correia Dantas - Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará - Mestre em Geografia pela Universidade de São Paulo - Doutor em Geografia e Planejamento pela Université de Paris IV (Paris-Sorbonne) - Professor Titular da Universidade Federal do Ceará.

Recebido para publicação em 10 de agosto de 2013

Aceito para publicação em 19 de novembro de 2013